

MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E ESPACIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA - 2000 - 2004

Anderson Antonio da Silva¹

Bernardo Mançano Fernandes²

Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada em escala nacional a respeito das diferentes formas de atuação dos movimentos socioterritoriais no processo de espacialização da luta pela terra. Esta pesquisa está em desenvolvimento no NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, desde o ano de 2000. Neste trabalho, apresentamos um ensaio teórico com objetivo de realizar uma leitura geográfica dos dados publicados pela CPT – Comissão Pastoral da Terra. Procuramos novas referências para aprofundar nossas reflexões a respeito do conceito de movimento socioterritorial.

Apresentamos uma análise a partir da interpretação das dimensões da realidade reveladas a partir da correlação de informações organizadas e sistematizadas com base nos dados extraídos do Caderno de Conflito no Campo – Brasil dos anos de 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004 na escala geográfica macrorregional, microrregional e estadual. Discutimos as diferentes formas de organização dos movimentos, tomando como referência o espaço, o território e o lugar. Utilizamos como exemplos os movimentos camponeses de todo o território nacional que espacializam a luta pela terra. As primeiras reflexões a respeito do conceito de movimentos socioterritoriais datam da segunda metade da década de 1990 e resultaram na publicação do artigo “Movimento Social como Categoria Geográfica” (FERNANDES, 2000). Essas reflexões continuaram no debate com o geógrafo francês Jean Yves – Martin e resultaram na publicação do texto “Movimento socioterritorial e globalização: algumas reflexões a partir do caso do MST” (FERNANDES; MARTIN, 2004).

Estes dois trabalhos resultam de um desafio no sentido de superar os conteúdos sociológicos do conceito de movimento social, muito utilizado nos trabalhos de geógrafos, mas que pouco contribui para um estudo geográfico dos processos desenvolvidos pelos movimentos produtores e construtores de espaços e transformadores de espaços em territórios. Na década de 1980, a

¹ Coordenador de Projetos do NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, do Departamento de Geografia da Unesp, campus de Presidente Prudente.

² Coordenador do NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, do Departamento de Geografia da Unesp, campus de Presidente Prudente.
Pesquisador CNPq

geografia brasileira intensificou seus estudos referentes às ações dos movimentos sociais³. Todavia, o referencial teórico para análise dos objetos era sempre de origem sociológica, econômica ou histórica. Por esta razão, nosso desafio em pensar as dimensões geográficas das ações e das relações construídas pelos movimentos sociais, no sentido de reconceitualizá-lo a partir de uma leitura geográfica do processo.

As informações analisadas neste trabalho foram obtidas a partir dos Cadernos Conflitos no Campo – Brasil 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004, publicados pela CPT – Comissão Pastoral da Terra. Com base nestas informações realizamos as classificações por estados e macrorregiões e microrregiões dos movimentos socioterritoriais, procurando compreender suas participações no processo de espacialização da luta pela terra no Brasil.

A partir da utilização dos softwares **Access, Excel, Philcarto e Coreldraw**, organizamos e sistematizamos esses dados na forma de tabelas, gráficos e mapas de modo a possibilitar diferentes leituras das ações dos movimentos socioterritoriais. Em linhas gerais, utilizamos como critério de análise destes movimentos socioterritoriais, nas escalas macrorregional, estadual, e microrregional a análise comparativa das unidades federativas com maior número de famílias em ocupações, destacando sempre o valor e percentual com que cada movimento participou na organização destas famílias. Esta metodologia de organização das informações nos permite saber quantos são, onde estão e quem são os movimentos socioterritoriais brasileiros que estão realizando ocupações de terra na atualidade. É com base nestas análises que fazemos as diferenciações conceituais e teóricas entre movimentos territorializados e isolados que apresentamos neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Comissão Pastoral da Terra. **Caderno Conflitos no Campo** - Brasil 2000. Goiânia: Edições Loyola, 2001.

Comissão Pastoral da Terra. **Caderno Conflitos no Campo** - Brasil 2001. Goiânia: Edições Loyola, 2002.

Comissão Pastoral da Terra. **Caderno Conflitos no Campo** - Brasil 2002. Goiânia: Edições Loyola, 2003.

Comissão Pastoral da Terra. **Caderno Conflitos no Campo** - Brasil 2003. Goiânia: Edições Loyola, 2004.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. Convenio UNESP/MST/PROEX. Relatório 2003 – Versão preliminar. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária/FCT – Campus de Presidente Prudente.

³ - É importante lembrar, por exemplo, os trabalhos precursores de Manuel Correia de Andrade e Orlando Valverde a respeito dos movimentos camponeses nas décadas de 1950 e 1960. Ver FERNANDES, 1998.